



República de Moçambique

Presidência da República

Garantindo a Soberania, Desenvolvimento e Unicidade do Estado no Âmbito de Reformas na Administração Pública com vista a uma maior Descentralização do Poder Decisório.

PROPOSTA DE DISCURSO DE SUA EXCELÊNCIA FILIPE JACINTO NYUSI,
PRESIDENTE DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE NA CERIMÓNIA DE TOMADA DE
POSSE DOS SECRETÁRIOS DE ESTADO NAS PROVÍNCIAS E NA CIDADE DE MAPUTO

Maputo, 24 de Janeiro de 2020

Senhor Primeiro-Ministro;

Senhora Ministra da Administração Estatal e Função Pública;

Senhor Chefe da Casa Militar;

Caros Empossados;

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

As nossas primeiras palavras são de agradecimento aos empossados por terem aceite o nosso convite para assumirem as funções de Secretário de Estado nas Províncias e na Cidade de Maputo.

Este é um figurino implementado pela primeira vez e que passa a vigorar na história da administração pública em Moçambique e vocês passam a fazer parte da história da governação do Estado moçambicano.

O vosso perfil e desempenho profissional, ao longo dos anos, influenciou a nossa preferência. Estamos confiantes de que desempenharão as novas funções com a mesma dedicação, entrega, inteligência e competência demonstradas nos cargos anteriores e ao longo da vossa vida profissional.

Caros Secretários de Estado,

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

O nosso país tem estado a conhecer um intenso e permanente movimento de reformas movidas pelo nosso desejo de acelerar o nosso desenvolvimento social e económico.

O aperfeiçoamento da descentralização tem sido visto como uma forma de aproximar a tomada de decisões sobre o desenvolvimento à população local.

As nossas práticas centralizadoras na administração pública têm a sua origem no sistema colonial de controlo e administração do Estado. No entanto, a manutenção do sistema centralizado herdado começou a ser questionada com maior ênfase em Moçambique Independente, a partir da década oitenta, com a evolução dos processos democráticos.

Sem pôr em causa a necessidade de reforçar a unidade nacional e a planificação regrada do nosso desenvolvimento, a partir da década 80, começamos a perceber que a centralização excessiva reduzia o nível de participação do povo nos actos de governação.

A centralização excessiva que, ontem, se tornou modelo, resultava no fraco nível de eficiência e eficácia na implementação dos programas de desenvolvimento nas povoações, localidades, postos administrativos, distritos e nas províncias. Percebemos que alguma coisa tinha que mudar no nosso sistema de administração pública e iniciou um movimento de adequação da realidade ao momento.

Os primeiros passos rumo a uma maior descentralização da governação começaram a ser dados a partir deste período. Começamos a introduzir reformas políticas, económicas e sociais que culminaram com a adopção da nova Constituição que introduz o multipartidarismo, em 1990.

Como resultado da revisão da Constituição da República de 2004, o Artigo 271 descreve o poder descentralizado da seguinte forma e passamos a citar:

“1 - O Poder Local tem como objectivos organizar a participação dos cidadãos na solução dos problemas próprios da sua comunidade e promover o desenvolvimento local, o aprofundamento e a consolidação da democracia, no quadro da unidade do Estado Moçambicano.

2 - O Poder Local apoia-se na iniciativa e na capacidade das populações e actua em estreita colaboração com as organizações de participação dos cidadãos”.

A Revisão da Constituição de 2004 apresenta o Poder Local estruturado em Autarquias Locais que “são pessoas colectivas públicas, dotadas de órgãos representativos próprios, que visam a prossecução dos interesses das populações respectivas, sem prejuízo dos interesses nacionais e da participação do Estado.” (Artigo 272).

Deste modo, com a criação de Autarquias Locais, gradualmente, na medida em que as condições foram sendo criadas, o Estado descentralizava o Poder. Assim, em 1998, tivemos as primeiras Eleições Autárquicas.

No mesmo âmbito, os Orçamentos Participativos e os Conselhos Consultivos Locais, para mencionar alguns exemplos, são programas implementados, no âmbito da descentralização da administração do Estado e criação de mecanismos locais de

participação e de prestação de contas. Ainda, o Estado moçambicano aprovou através da Resolução 40/2012, de 20 de Dezembro, a Política Nacional de Descentralização e a respectiva estratégia de implementação designada “Política e Estratégia de Descentralização”.

Caros Presentes!

Muito aconteceu antes desta nova realidade em termos de legislação e programas que visavam a descentralização da administração pública. E, Moçambique não estava sozinho nestas reformas. Muitos mais países no mundo e no continente aderiram a este movimento de descentralização, o que demonstra uma grande convergência internacional de opiniões, em relação à necessidade de descentralização, desconcentração, delegação, transferência de atribuições ou devolução na administração pública.

O consenso baseou-se na crença de que a descentralização aprofunda a democracia e promove transparência e uma maior prestação de contas pelos servidores públicos, a descentralização permite maior inclusão.

Para nós, a descentralização significa transferência de parte das atribuições e poderes, do nível central para níveis inferiores, o que resulta numa maior partilha do poder de decisão.

Não é um processo acabado. É uma contínua interacção entre o nível central e outros níveis, entre instituições do Estado e a sociedade. É um processo de construção permanente do ideal político, social, administrativo e normativo, por forma a providenciar as melhores respostas às necessidades dos moçambicanos.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Caros Presentes!

Como já foi dito, a descentralização no país tem uma longa história. As actuais reformas fazem parte de um processo antigo e contínuo para estabelecer os melhores mecanismos para gerir, da melhor maneira, as transformações em curso, sempre na perspectiva de melhorar a condição do nosso povo e promover o desenvolvimento.

No ciclo passado, concretamente, em 2018, foi aprovada a Lei nº 1/2018 de 12 de Junho, Lei de Revisão Pontual Constitucional, com vista a ajustar a Constituição ao processo de consolidação da reforma democrática do Estado, ao aprofundamento da democracia participativa e garantia da paz.

A revisão pontual da Constituição em 2018, enquanto por um lado, reitera o respeito aos valores e princípios da soberania e unicidade do Estado Moçambicano, por outro lado, preconiza uma alteração profunda da organização da nossa Administração Pública bem como, os mecanismos de exercício do poder, com maior enfoque a nível da província e do distrito.

Esta revisão é uma verdadeira reinvenção da administração pública, envolvendo novas formas de fazer as coisas e um relacionamento entre a governação e a sociedade.

Das alterações introduzidas na nova Constituição destacam-se as seguintes:

1. A introdução de órgãos de governação descentralizada provincial, cujo método do seu provimento é a eleição, fortalecendo-se assim o mecanismo da democracia participativa no contínuo processo da consolidação da nossa jovem democracia;
2. A proveniência do Governador de Província e da respectiva assembleia, através da qual concorre como cabeça de lista;
3. A retirada do papel de representação do Estado e do poder central da figura do Governador Provincial, bem como, do Governo Provincial;
4. A atribuição do poder regulamentar à Assembleia Provincial e introdução das Assembleias Distritais com capacidade de deliberar sobre matérias

relevantes e de exercer poderes de facto, sobre o executivo, podendo, com efeito, influenciar de forma directa nos processos de governação e desenvolvimento local.

5. A dotação dos órgãos de governação descentralizada com autonomias administrativa, financeira e patrimonial, podendo, por si, não apenas tomar decisões administrativas, como também, financiar a sua execução.
6. O alargamento da tutela do Estado, passando a cobrir não apenas as autarquias locais, mas também, aos órgãos de governação descentralizada.
7. A introdução da figura de Secretário do Estado com a função de representante do Estado na Província, estabelecendo uma conexão permanente com os órgãos centrais.

Caros Secretários de Estado nas províncias e na Cidade de Maputo,

Da revisão da Constituição de 2018, resultou consequentemente na elaboração de diversos instrumentos, entre leis e regulamentos, cujo conjunto designamos “pacote legislativo da descentralização” com a finalidade de tornar materializáveis os comandos estabelecidos na Lei-mãe e que devem ser do vosso domínio.

Esta cerimónia de empossamento dos Secretários de Estado na Província resulta da adopção deste pacote. Entretanto, entre os demais e para a função de representação do Estado que vos cabe exercer, importa acima de tudo, que aprofundem os instrumentos que vos vinculam de forma directa, como é o caso da Lei nº 7/2019 de 31 de Maio - que estabelece o quadro legal sobre a organização e o funcionamento dos órgãos de representação do Estado na província. Igualmente, aprofundem a Lei nº 5/2019 de 31 de Maio - que estabelece o quadro legal da tutela do Estado, a que estão sujeitos os órgãos de governação descentralizada provincial e das autarquias locais e respectivos regulamentos, bem assim, o regulamento atinente à organização e funcionamento dos Conselhos de Coordenação.

Esta jovem equipa é, ao mesmo tempo, pioneira desta mudança substancial. A partir deste acto que hoje testemunhámos, vão experimentar uma nova etapa sem precedentes, na história do país, pelo que encorajo a que se apliquem a fundo, não apenas no estudo da legislação, mas também na implementação criativa das normas, observando-as de forma escrupulosa para o bom desempenho das nossas instituições, na promoção do bem-estar das nossas populações.

Recomendamos que entendam o que significa isso de representar o Estado na província, o vosso relacionamento com os órgãos descentralizados e os governos distritais. Vocês representam o Chefe de Estado na província. Devem saber como articular com os órgãos centrais, pois vocês representam a soberania e os programas do nosso Estado Unitário.

Reconhecemos que poderá existir, numa fase inicial, a sobreposição de áreas de trabalho entre vós e outros órgãos. Por isso, é vossa responsabilidade procurar as melhores formas para ultrapassar este tipo de constrangimentos, porque o nosso objectivo é claro e comum - a promoção da justiça social e do bem-estar dos moçambicanos.

Precisam de conhecer, com profundidade, não apenas as vossas atribuições, mas também as atribuições dos outros órgãos na Província. Nunca se devem esquecer que, ao descentralizar a administração pública, o nosso objectivo é encorajar a participação dos cidadãos na procura de soluções para os seus problemas, para promover o desenvolvimento das comunidades e aprofundar a democracia e não distribuir pastas para mais gente.

Estamos a falar de uma Secretaria de Estado na Província, que facilita o desenvolvimento das comunidades e não o contrário, uma província que tem um governo eleito. Este é o Vosso papel. Para tal, é preciso também saber estar. Ter um alto sentido de Estado e de profissionalismo.

É preciso evitar a conflituosidade institucional desnecessária, pois a Vossa missão não terá sucesso, se não demonstrarem a imparcialidade e a equidistância necessária. Ninguém está acima da Lei ou é superior ao povo.

Valorizem as contribuições do povo e trabalhem com humildade, num espírito de inclusão, sem discriminação. Com a descentralização, queremos estar cada vez mais próximos do povo.

Temos consciência de que a tarefa que vos foi incumbida é desafiante, mas é precisamente por isso que foram os escolhidos no meio de tantos outros moçambicanos, pelas capacidades e habilidades demonstradas ao longo da conquista das vossas carreiras e experiências profissionais e da vida. Foram escolhidos para transformar os desafios em oportunidades.

Na vossa posição, carregam responsabilidades acrescidas na materialização da agenda de desenvolvimento do país.

Para executar com sucesso a vossa missão, é necessário ter um domínio das prioridades do Estado, do Plano Quinquenal do Governo 2020-2024, dos Planos Económicos e Sociais e outros instrumentos de programação e monitoria da nossa governação.

Cabe-vos a tarefa de garantir o cumprimento rigoroso dos nossos programas de desenvolvimento da província. Nisto, terão que aprimorar uma cultura de trabalho que exige planificação exemplar, boa implementação, monitoria de actividades e prestação de contas às comunidades que estão a servir e aos níveis superiores. Vós sois o garante do sucesso da implementação do nosso Plano Quinquenal do Governo 2020-2024!

No vosso dia-a-dia, no exercício da função de Secretário de Estado na província cabe-vos, nos termos da Constituição da República e das demais leis, representar o Governo Central e o Estado, devendo, nessa qualidade, assegurar a realização das funções exclusivas e de soberania do Estado, bem assim, superintender e supervisionar os serviços de representação do Estado na província e nos distritos.

No exercício das vossas tarefas deverão primar pelos mais altos valores de actuação do servidor público, pela abertura, pelo diálogo e apostando na coordenação mútua de programas, planos e acções.

Os futuros tempos exigirão de vós muita entrega, zelo e responsabilidade nas decisões que vão tomar e nas tarefas a realizar.

Nós exigiremos sempre a verticalidade, a integridade e honestidade, na forma de ser e estar, pois, não só constituem exigências da Lei, mas também do povo a que servimos.

Devem ser capazes de distinguir, com rigorosidade, os interesses públicos dos privados evitando, em todas as circunstâncias, o conflito de interesse.

Em todo o momento, pautem por uma gestão criteriosa e transparente da coisa pública, tendo sempre em vista a observância da Lei.

É nesta ordem que vos convido a se juntarem aos nossos esforços para imprimir uma dinâmica vigorosa, duradoura e exemplar de combater a corrupção e todas as suas formas de manifestação em todos os campos de actuação.

Não tenham grupos ou pessoas favoritas! Por isso, na vossa actuação no dia-a-dia, devem repelir todos os compromissos e práticas nocivas ao profissionalismo que se espera da Administração Pública e que ponham em causa o bom desempenho. Devem, por conseguinte, aliar-se às boas práticas e inspirar as vossas equipas de trabalho para a realização de acções conducentes à concretização dos mais nobres anseios do povo moçambicano.

Finalmente, no cumprimento da Vossa Missão, não estarão sozinhos. Contem com o meu apoio e de muitos outros quadros e técnicos nos vários níveis da administração pública.

Trabalhem em harmonia e coordenação com os órgãos de governação descentralizada da Província, nomeadamente: o Governador de Província, estes eleitos pela população e por nós empossados, membros de Assembleia Provincial, membros do Conselho Executivo Provincial, os Presidentes dos Conselhos e Assembleias Autárquicas, Membros dos Conselhos e Assembleias Autárquicas, sociedade em geral, políticos, religiosos, mulheres, homens, jovens, crianças sem discriminação.

Lembrem-se sempre que, por exemplo, uma das competências da Assembleia Provincial é de “Fiscalizar e controlar a observância dos princípios e normas estabelecidas na Constituição e nas leis, bem como das decisões do Conselho de Ministros referentes à respectiva Província.”

No cumprimento da Vossa missão, contem com o apoio do Vosso elenco dos Serviços Provinciais de Representação do Estado, dos administradores distritais, dos líderes comunitários e religiosos, dos empresários e membros das organizações da sociedade civil.

Vocês são os primeiros, sim, mas, repito que não estarão sozinhos!

É desta forma que, depositando confiança em vós, desejo muitos sucessos no exercício da função de Secretários de Estado nas províncias e na Cidade de Maputo.

Palavras de apreço vão para os vossos cônjuges, pelo apoio incondicional que lhes prestaram nas missões anteriores, aos quais mais uma vez, solicitamos a mesma dedicação, sobretudo por se tratar de uma experiência única.

Para terminar, peço a todos que me acompanhem num brinde:

- À saúde e sucesso dos empossados;
- À soberania nacional, unidade e ao bem-estar de todos moçambicanos e
- À saúde de todos os presentes.

Muito obrigado pela Vossa Atenção.